



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638696 - SC (2021/0001632-4)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : VALMIR FLORIANI DE LIMA (PRESO)
CORRÉU : RENAN AUGUSTO DUTRA
CORRÉU : SERGIO LUIZ DOS SANTOS DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de VALMIR FLORIANI DE LIMA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0002477-40.2017.8.24.0039).

O paciente foi condenado à pena de 18 anos de reclusão em regime fechado, pela prática de homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I e IV, do CP).

A impetrante defende tratar-se de hipótese de absolvição, nos termos do art. 386, V, do CPP. Diz que o Tribunal de origem “deixou de reconhecer nulidade da requisição do motivo torpe, sob a alegação de que a resposta dos jurados estava em contradição com outra já dada” (fl. 5).

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão, restabelecendo-se a sentença absolutória, até julgamento final do *writ* e, no mérito, a declaração de “nulidade na requisição da qualificadora do motivo torpe, ante à inexistência de contrariedade com os quesitos que lhe antecederam, afastando a qualificadora do motivo torpe” (fl. 8).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente